

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 167**

18/04/08 a 24/04/08

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação). Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi (bolsista FAPESP), Flávio Augusto Lira Nascimento (bolsista CAPES), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini (bolsista CAPES). Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Caroline de Santana Harfuch, Felipe dos Santos, Felipe Cordeiro de Almeida, Juliana Alves da Costa, Juliana Yumi Aoki, Tiago Pedro Vales e Victor Hugo de Souza Gonçalves (PIBIC).

Celso Amorim reage a ataques contra etanol

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, posicionou-se contra os subsídios agrícolas praticados por governos de países desenvolvidos em benefício de seus agricultores. Segundo o ministro, esses subsídios são os verdadeiros responsáveis pelo atraso da produção de alimentos nos países pobres. A afirmação foi uma resposta às críticas à produção de biocombustíveis feitas pelo presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn. Amorim recomendou que tanto o FMI quanto o Banco Mundial defendam o fim da ajuda estatal a agricultores. Comentando a crítica, o ministro classificou o Brasil como um exemplo de equilíbrio entre a produção de biocombustíveis e alimentos. Os biocombustíveis fabricados a partir de alimentos vêm sendo criticados em outras instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU). O governo brasileiro afirma que as lavouras destinadas à produção de biocombustíveis não afetam a produção de alimentos no país (*Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/04/2008; O Globo – Economia – 19/04/2008*).

Ministra Dilma Rousseff visitou países asiáticos

A chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, viajou para a Coréia do Sul onde discutiu com o governo desse país investimentos coreanos em infra-estrutura logística no Brasil. Após o encontro com os coreanos, a ministra seguiu para o Japão, onde participou, ao lado do imperador Akihito e da imperatriz Michiko, das comemorações do centenário da imigração japonesa ao Brasil. No evento, também estiveram presentes o príncipe herdeiro Nahurito e o primeiro-ministro Yasuo Fukuda. Da agenda com o governo japonês constou ainda um encontro com os ministros de Relações Exteriores, Economia, Comércio e Indústria, Terra, Infra-Estrutura, Transporte e Turismo e Assuntos Internos e Comunicação. Rouseff também se reuniu com representantes de empresas privadas e visitou a central da Companhia Ferroviária do Japão. A convite do governo japonês, também visitou Kyoto, indo em seguida para Washington (O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/04/2008; O Globo – O País – 19/04/2008).

Lula viajou para Gana

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, abriu a 12ª reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que aconteceu em Acra, Gana. Em seu primeiro discurso oficial, na sede do governo ganense, o presidente culpou a política norte-americana pela crise dos alimentos básicos e criticou o que chamou de preconceito dos países desenvolvidos para com os em desenvolvimento. Segundo Lula, produzir álcool a partir do milho foi um equívoco do governo Bush. O presidente Lula lembrou ainda que teve conversas com governantes europeus e com George W. Bush sobre o assunto e afirmou que embora o Brasil tenha descoberto novas reservas de petróleo, o compromisso de seu governo com os biocombustíveis continua, e que não há contradição entre a busca de fontes alternativas de energia e o desenvolvimento de padrões agrícolas que garantam a segurança alimentar. Em seu discurso, ao lado do presidente de Gana, John Agyekum Kufour, Lula pediu o apoio dos países africanos em sua defesa dos biocombustíveis e do fim dos subsídios agrícolas. Segundo ele, os países africanos, assim como os latino-americanos e os asiáticos enfrentarão obstáculos comerciais dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC) pela redução dos subsídios agrícolas e pelo aumento na demanda de consumo alimentar causada pela própria melhoria da situação econômica desses países. O presidente também culpou o petróleo pela alta da inflação e criticou a falta de comprometimento com o combate ao aquecimento global e ao gerenciamento da crise financeira internacional. Lula aproveitou a presença de delegados de vários países durante a abertura da reunião da UNCTAD para divulgar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), exaltando-o como um modelo a ser seguido pelo Terceiro Mundo. Em discurso na abertura de um escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Gana, destinado a transferir tecnologia a países

africanos, Lula voltou a falar sobre o combate ao aquecimento global. A agenda do presidente brasileiro incluiu ainda a inauguração da *Brazil House* local, que foi restaurada com intermediação do governo brasileiro e com apoio do governo de Gana (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/04/2008; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/04/2008; O Globo – Economia – 20/04/2008; O Globo – Economia – 21/04/2008).

Brasil e UE acreditam na conclusão de Doha

Representantes do Brasil e da União Européia (UE) manifestaram otimismo em relação à conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) ainda em 2008, após reuniões realizadas em Bruxelas. Segundo o comissário europeu de comércio, Peter Mandelson, haverá um novo texto negociado nos âmbitos agrícola e industrial até o fim de abril. Segundo o chefe do departamento econômico da chancelaria do Brasil, Carlos Marcio Bicalho, há um documento básico, contendo segmentos passíveis de mudanças, que pode ser aprovado pelos ministros em 19 de maio. Em opinião que é compartilhada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Itamaraty afirma que o momento atual é propício para a conclusão da Rodada Doha devido à pressão causada pela alta no preço dos alimentos. Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, também crê que as negociações sobre as regras do comércio global podem ter avanços importantes nas próximas semanas. Em função do escasso tempo até a eleição presidencial americana, que poderá influir para um maior atraso das negociações, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, admitiu que o Brasil poderá flexibilizar sua posição quanto aos subsídios internos dos países desenvolvidos a fim de finalizar o quanto antes a Rodada, aceitando que uma certa margem destes subsídios permaneçam, desde que uma redução substancial ocorra (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/04/2008; O Globo – Economia – 21/04/2008; O Globo – Economia – 23/04/2008).

Projeto de liberalização econômica frustra as expectativas do Brasil

O projeto brasileiro de unir os países emergentes em torno de um acordo comercial que reduzisse as tarifas de exportação dos produtos comercializados entre eles ganhou o apoio de 40 países. Tendo em vista a paralisação das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), o acordo foi pensado como um impulso a economias emergentes, mas a oposição de países como China, Índia e México farão com que o acordo comercial tenha pouco impacto. As negociações em torno do acordo foram lançadas em 2004, quando os países emergentes, reunidos em São Paulo, iniciaram um diálogo. A proposta inicial do Brasil era a de que os impostos de todos os produtos fossem reduzidos em 30% mas, na prática, apenas 70% do comércio deve sofrer algum tipo de corte. As negociações continuarão até o fim do ano para que se

estabeleça, de fato, como ocorrerá a liberalização (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/04/2008).

Lula se preocupa com a situação do Haiti

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá visitar o Haiti em duas semanas. Segundo o chanceler brasileiro, Celso Amorim, o presidente pretende liderar um movimento diplomático para que o mundo pare de tratar a situação do Haiti como um "problema de segurança". Amorim afirmou que Lula apontou ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, a urgência de que ajuda internacional chegue ao país, bem como sublinhou a necessidade de uma ação concentrada em projetos de desenvolvimento que envolvam o Banco Mundial e planos humanitários de curto, médio e longo prazo (O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/04/2008).

Presidente descarta revisão dos preços em Itaipu

Logo após a eleição de Fernando Lugo à presidência do Paraguai, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presente à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Acra, Gana, disse que não pretende renegociar o tratado da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. Lula minimizou a importância do assunto dizendo que a agenda entre os dois países tem outros temas importantes. O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, contrariando o presidente Lula e concordando com Lugo, afirmou que há espaço para negociação e que o Brasil vai fazer o possível para que o vizinho obtenha o máximo de benefícios da sociedade estabelecida. Assegurando que o objetivo do Brasil é manter a paz na América Latina, Amorim disse que o reajuste deverá ocorrer. Entretanto, essa revisão não deverá prejudicar os interesses nacionais nem se basear em chantagens, além de não se operarem alterações no tratado. Por sua vez, o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek, afirmou que não é necessária nenhuma revisão, visto que as finanças em vigência da usina de Itaipu são adequadas para sua manutenção e pagamento da dívida, assim como para um pagamento justo ao Paraguai. Samek acrescentou que uma mudança ocorrerá apenas em caso de catástrofe. Condizentemente, o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, descartou a possibilidade de revisão das tarifas pagas ao país vizinho, visto que para que tal modificação seja feita, será necessário mudar as tarifas das demais usinas do Brasil. O presidente Lugo, ao ser interrogado sobre a possibilidade de recorrer a instâncias internacionais, afirmou que confia na racionalidade dos dois países e que existem muitos canais de diálogo que podem ser utilizados antes que isso aconteça. Lugo anunciou que considera a formação de uma equipe técnica para discutir o assunto ou a mediação das negociações por um sócio do Mercosul (Folha de S. Paulo – Mundo – 18/04/2008; Folha de S. Paulo – Mundo – 21/04/2008; Folha de S. Paulo – Mundo – 22/04/2008; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/04/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional – 18/04/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional –



21/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 23/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/04/2008; O Globo – O Mundo – 21/04/2008; O Globo – O Mundo – 22/04/2008; O Globo – O Mundo – 23/04/2008 – 24/04/2008; O Globo – O Mundo – 24/04/2008).

Argentina deve resolver crise interna antes de exportar trigo para o Brasil

A Argentina não poderá exportar trigo para o Brasil enquanto não resolver o conflito interno com o setor agropecuário. Essa foi a posição apresentada pelo governo argentino em reunião bilateral realizada em Buenos Aires. O Brasil importa da Argentina cerca de 70% do trigo que consome. Diante da ameaça de desabastecimento e de alta nos preços dos derivados de trigo, o presidente do Conselho Deliberativo da Abitrigo (Associação Brasileira da Indústria do Trigo), Luiz Martins, afirmou que a única solução para o setor é que o governo brasileiro libere mais importações sem impostos de outros países. Representantes do governo e de empresas dos dois países deverão se reunir novamente na primeira quinzena de maio, no Brasil, para discutir o tema (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 24/04/2008; O Globo – O Mundo – 24/04/2008).

Governo barra exportação de arroz

Para garantir o abastecimento interno e evitar novos reajustes do arroz, o governo brasileiro suspendeu as exportações do produto, em especial a partir do segundo semestre, quando começa a entressafra de grãos. Tal medida visa evitar possíveis efeitos da crise mundial sobre uma eventual disparada dos preços de alimentos no país. A suspensão das vendas de tradicionais países exportadores da Ásia, como Camboja, Indonésia, Malásia, Cazaquistão, Vietnã, Egito e Índia, também influenciou a decisão do governo. Embora o risco de desabastecimento seja menor, o governo também cogita intervir no milho. Segundo o ministro da agricultura, Reinhold Stephanes, o monitoramento mais acurado do milho leva em conta a maior demanda mundial e a possibilidade de menor oferta em dezembro e janeiro (Folha de S. Paulo – Dinheiro - 24/04/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/04/2008; O Globo – Economia – 24/04/2008).